

Ordem é endurecer com credores

DIV. EXT

CORREIO BRAZILIENSE

O comportamento da economia em 1987 dependerá do encaminhamento da negociação da dívida externa. Uma etapa decisiva se inicia amanhã com a reunião do Clube de Paris. Os representantes brasileiros tentarão renegociar a dívida de 14 bilhões de dólares com os governos dos países credores. Estará em questão o financiamento dos vencimentos de 1985, 1986 e 1987 e a rolagem do principal.

A disposição do Clube de Paris, segundo o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, em princípio, é em favor da renegociação. Depois que o FMI, após reunião em 10 de dezembro de 1986, julgou satisfatórias as medidas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para desaquecer o consumo interno e recomendou ao Clube que negociasse com o Brasil, as tensões de ambos os lados diminuíram.

Deverá ser negociada a forma de pagamento dos débitos em atraso, de cerca de 4 bilhões de dólares, incluindo juros e o principal. O Governo pretende fixar um limite de aproximadamente 800 milhões de dólares anuais e obter um prazo de 20 anos para a amortização do principal de 14 bilhões de dólares, segundo revelou aos governadores o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

As dificuldades para o fechamento de um acordo, segundo os assessores da Fazenda, decorrem das exigências dos sócios do Clube de Paris em favor do pagamento de uma parcela do principal da dívida. O Governo quer pagar

somente os juros atrasados. Funaro chegou a revelar aos governadores que a atitude brasileira de fixar um limite para o pagamento e dizer que se ele não for aceito que o cheque foi devolvido representou uma pressão deliberada, em setembro do ano passado. A partir de amanhã em Paris, os negociadores brasileiros se certificarão se essa estratégia poderá ou não prosseguir.

Outras dificuldades, entretanto, surgiram no caminho dos negociadores brasileiros com o surgimento de fortes expectativas inflacionárias. Se o pacote econômico de novembro para desaquecer a economia agradou ao FMI, que recomendou ao Clube maior flexibilidade nas negociações com o Brasil, ao mesmo tempo ele passou a gerar fortes expectativas inflacionárias. Estas, por sua vez, contribuíram para a criação de incertezas internas que passaram a influir negativamente na área externa nas últimas semanas, lançando, conseqüentemente, dúvidas sobre a viabilidade de acordo com os credores.

O ministro Funaro reconheceu que as dúvidas cresceram, mas ressaltou que acertado um entendimento entre Governo, empresários e trabalhadores, o mais breve possível a situação se invertirá. Será possível reduzir as expectativas inflacionárias, os juros cairão naturalmente e a estabilidade de preços e salários poderá ser conquistada. O complicador, no caso, é o próprio tempo. A obtenção de uma trégua não será imediata, nos próximos dias, enquanto a negociação externa se ini-

cia amanhã, no calor das divergências internas.

ACORDO COM OS BANCOS

Alcançada uma negociação satisfatória com o Clube de Paris, por enquanto apenas uma possibilidade, a segunda etapa será com os credores particulares. O ministro Funaro disse aos governadores que o Governo pretende buscar um acerto global para o total da dívida de 67 bilhões com os bancos. O propósito oficial é alcançar um acordo plurianual sobre esse total, pagando um juro menor e garantindo a entrada de dinheiro novo, necessário à manutenção do crescimento econômico.

O Governo não pretende continuar pagando uma taxa de risco de 2 por cento sobre a taxa de juros, atualmente em 6,5 por cento, o que significa que o Brasil paga uma taxa de risco de 30 por cento, taxa excessiva, conforme considerou o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. A intenção das autoridades econômicas é de reduzir a taxa de risco para 0,75 por cento, abaixo da negociada pelo México, de 0,8 por cento.

Paralelamente à redução da taxa de risco (spread) sobre o estoque total da dívida e não somente sobre a parcela a ser negociada, o Governo pretende garantir o retorno do País ao mercado financeiro do qual está afastado desde 1982. Na Fazenda, os assessores da área externa informam que o Governo tentará obter de 2 a 4 bilhões de dólares. Aos governadores Funaro declarou que ou os credores concederem dinheiro novo ou haverá o confronto.

18 JAN